



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, RJ, 24 DE SETEMBRO DE 1999

Senhor Governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho; Senhores Governadores que me dão a honra da presença aqui; Governador da Bahia, César Borges; Governador Jaime Lerner, do Paraná; Representante do Governador do Espírito Santo; Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, meu amigo Luiz Paulo Conde; Doutor David Zylbersztajn, Presidente da nossa Agência Nacional do Petróleo; Senhor Ministro Rodolpho Tourinho, ao citá-lo, cito os demais Ministros, que são numerosos, também aqui presentes; Senhores membros do corpo consular; representantes das companhias concessionárias; empresários, funcionários da ANP; Senhoras e Senhores,

Depois de poucos anos do início dessa luta para que o Brasil pudesse participar mais ativamente da produção, da exploração, da comercialização do petróleo, chega a ser emocionante ouvir as referências feitas, primeiro no relato do Doutor David Zylbersztajn, sobre o caminho percorrido, e, depois, no testemunho daquele que falou em nome dos novos concessionários.

Eu me recordo das dificuldades que nós tivemos, em 1995, para convencer a opinião pública brasileira e o Congresso Nacional de que

era essencial para o Brasil entender os novos tempos. Quando me recordo das dificuldades e, mais do que dificuldades, de uma série de incompreensões que chegou ao limite do inaceitável ao julgar as ações do Governo Federal, quando hoje se vêem os resultados, só posso lhes dizer que valeu a pena, especialmente para mim.

Há dias – dois, três dias – o Ministro Tourinho e o Doutor Philippe Reichstul me visitaram em Brasília. Trouxeram um vidrinho de petróleo do novo campo, que foi descoberto aqui próximo, em frente ao Rio – embora a bacia seja de Santos. É um poço novo de petróleo, com cerca de seiscentos milhões de barris de reserva. É um petróleo de qualidade diferente, porque é mais fino. Eu me recordei dos mesmos vidrinhos de petróleo dos anos 30, aqui no Rio de Janeiro, na casa do então General Júlio Caetano Horta Barbosa, quando eu tinha duas únicas tias ainda vivas. Aqui no Rio de Janeiro, como menino, fui criado olhando para os vidrinhos de petróleo, vendo que o Brasil precisava produzir petróleo para que pudéssemos, um dia, ter um desenvolvimento à altura das nossas potencialidades.

Participei intensamente da campanha em defesa do petróleo. Fui processado, porque era tesoureiro do Centro de Estudos em Defesa de Petróleo, cujo presidente era meu pai, general na época, general do petróleo, em defesa da Petrobras. Para que o Brasil continuasse avançando, foi essencial vir a Petrobras. Agora, é essencial fazer o que a Petrobras está fazendo, como aqui foi dito: permitindo parcerias antes mesmo das novas concessões, competindo e tendo condições de avançar nessa competição, arrastando com ela um desenvolvimento de petróleo, agora ampliado pela participação ativa de um conjunto grande de empresas que não são originariamente brasileiras e que, pouco a pouco, vão se enraizar no Brasil. E isso se faz de uma maneira inteligente e conseqüente, através de um programa descrito pelo Doutor David Zylbersztajn, que leva a indústria nacional a ter uma participação ativa no fornecimento de serviços, de equipamentos, de mão-de-obra, de talentos. Portanto, o Brasil entra numa nova fase do seu crescimento econômico.

Isso, convém também ressaltar, faz-se num quadro que requereu a transformação do Estado brasileiro. A Agência Nacional do Petróleo

veio depois da lei de flexibilização do monopólio. Veio depois de uma discussão enorme no Congresso Nacional. Foram dois anos de discussão. Por quê? Porque nós queríamos transparência, porque nós queríamos mostrar ao País e aos investidores que as regras são fixas, são estáveis, são discutidas, têm legitimidade, foram aprovadas pelo Congresso – têm apoio político, empresarial e da opinião pública. Por isso, hoje, é possível, com tranqüilidade, fazer essas concessões, novas rodadas de concessões e manter a confiança de que esse processo vai beneficiar o conjunto do País.

Essas novas organizações, as agências reguladoras, significam, aí sim, a reestruturação do Estado brasileiro. Essa reestruturação se está fazendo progressivamente. Nesses últimos quatro anos, nos empenhamos a fundo nessa reestruturação.

A Agência Nacional do Petróleo não é a única agência sob o comando do Ministério, ou melhor, contígua ao Ministério de Minas e Energia, mas sob a inspiração do Ministério de Minas e Energia. Nós, lá, temos também a Agência Nacional de Energia Elétrica, a Aneel, que é outro braço importante para que possamos fazer algo semelhante num setor tão importante para a energia, brasileira, como é o de energia elétrica. E o gás está compreendido também nesse conjunto de atuações.

Também me apraz lhes dizer que, realmente, nós temos “pé quente”. Não apenas foi descoberta essa reserva nova, como, na Bolívia, descobrimos, com a Petrobras, um campo de gás que dobra as reservas daquele país. A Petrobras dispõe de 35% desse campo. Mas o gás todo vai ter como destino o Brasil. Portanto, isso também aumenta muito a nossa capacidade de oferta de energia.

O caso do gás da Bolívia foi uma luta insana para que conseguíssemos convencer que é importante fazer o gasoduto, conseguíssemos convencer que tinha sentido fazer o gasoduto. Não vou entrar em detalhes, porque iríamos longe para mostrar como é difícil fazer o óbvio. Mas fizemos. Hoje, o gasoduto que sai da Bolívia já está se dirigindo para o sul do Brasil e vai chegar até o Rio Grande do Sul.

Bem, temos a Agência Nacional do Petróleo e a Agência Nacional de Energia Elétrica. Temos a Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel.

Estamos criando agora – já está no Congresso – a Agência Nacional dos Transportes. Mandamos também para o Congresso Nacional o projeto da Agência Nacional de Águas. Isso é uma nova estrutura do Estado brasileiro.

Estamos fazendo uma revolução silenciosa no Brasil. Silenciosamente – e o Doutor David Zylbersztajn mostrou, aqui, dados sobre isso –, estamos oferecendo à comunidade científica e tecnológica brasileira novas condições de trabalho. Somando as cifras que ele mencionou aqui, são, só na área de petróleo, 900 milhões de dólares nos próximos quatro ou cinco anos. Nunca houve isso. Nunca houve, na história do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, uma quantia tão vultosa de recursos para uma área específica.

Pois bem, ao mesmo tempo que estamos criando, nessa revolução silenciosa, novas especialidades, novas técnicas, novos serviços, novas empresas, fazendo com que o setor produtivo nacional participe ativamente desse programa no caso do petróleo, também estamos fazendo coisa semelhante, talvez não com tanta envergadura ainda, no caso da Anatel, que é a Agência Nacional de Telecomunicações. Ali, realmente, essa revolução silenciosa se faz sentir pelos milhões – repito – milhões de aparelhos celulares que foram vendidos no Brasil nesses últimos anos. São ainda poucos, diante dos outros milhões que vão ser vendidos. Mas tão importante quanto isso é o fato de que o Congresso Nacional, neste momento, discute lá, na Lei Geral de Telecomunicações, uma decisão relativa a um fundo também para o desenvolvimento científico e tecnológico na área de telecomunicações.

Então, aqueles que não tiveram olhos para ver aquilo que estava acontecendo no Brasil, que imaginavam que, ao haver a privatização ou ao haver a competição, a flexibilização do monopólio, nós iríamos prejudicar o desenvolvimento científico e tecnológico; simplesmente não tinham era imaginação para ver o futuro. Os que insistem em não ver têm é má-fé de não ver que estamos criando condições para este país ser cada vez mais próspero e mais capaz de enfrentar os desafios do próximo século.

Estamos fazendo e vamos fazer, com muito afinco, esse conjunto de atividades, porque sabemos o que significa economia globalizada. Sa-

bemos que, sem competência técnica, sem inteligência, sem massa humana preparada e educada não adianta ter recursos naturais. Não é isso o que resolve. O que resolve o futuro é agregação de valor, que vai derivar da capacidade científica e tecnológica, da competência da mão-de-obra, da competência organizacional, da logística de um país, da democracia neste país, da existência de regras claras, com legitimidade, para que o Brasil, efetivamente, possa participar mais ativamente dessa redistribuição do trabalho no mundo.

Tenho a convicção – e digo a todos, sobretudo aos que aqui chegam – de que nessa reorganização da divisão internacional do trabalho, com os aspectos negativos que tem – porque tem –, nas questões das crises financeiras – que são mais amiudadas –, na questão de que, realmente, existe o risco de concentração de renda, só poderemos fazer face a elas se tivermos descortino para olhar a trajetória. Estou convencido de que o Brasil, hoje, olhando este nosso hemisfério, deixando a parte norte compreendida, hoje, pelo acordo Nafta, é o único país que tem esse conjunto de requisitos para que essa nova inserção seja positiva.

Sou partidário ardoroso do Mercosul. Continuo sendo e serei sempre, porque o Mercosul é pedra fundamental para que possamos avançar com tranquilidade no caminho do nosso futuro, junto com nossos parceiros, notadamente a Argentina, mas sem esquecer o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia. É um processo conjunto. O mercado se amplia com o Mercosul. O mercado se amplia com os acordos que estamos fazendo na América do Sul. O mercado se ampliará, amanhã, com a Alca.

Mas o que temos de mais precioso é gente. Temos material humano. A Petrobras não se fez do dia para a noite. Foram 45 anos de muito trabalho de muita competência técnica de muito treinamento. As nossas empresas também. As empresas estatais e as privadas também.

Temos um sistema de ciência e tecnologia – e, por isso, me referi ao que disse o Doutor Zylbersztajn – que é capaz de fornecer as condições para que o pessoal brasileiro se treine. Aqui está o Ministro da Ciência e Tecnologia, que dirige o CNPq, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Dispomos também da Capes, a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, que é do Minis-

tério da Educação. Há 40 anos oferecemos, todos os anos, 50 mil bolsas. Elas sobem um pouco em um ano, diminuem em outro. Na média, são entre 40 mil e 50 mil bolsas formando, preparando gente. Nas nossas universidades – com tudo o que se diga delas e com tudo o que elas digam delas próprias ou do Governo –, é só olhar com objetividade os relatórios internacionais e ver que estamos criando, cada vez mais, competência científica, técnica e humanística. É essa a riqueza que temos.

É por isso que ao incorporar, agora, essa empreitada de risco – que, certamente, será de sucesso também – não apenas queremos que percebam o potencial dos nossos poços de petróleo, não apenas queremos que tragam seus investimentos, não apenas queremos que se associem ao setor nacional. Queremos que o setor nacional produza também cada vez mais e compita cada vez com mais energia. Mas queremos que prestem atenção ao fato de que estão entrando em um grande país, que tem um grande povo. É uma Nação que tem de ter, cada vez mais, consciência da sua força humana, da sua capacidade de organização, de negociar interesses e avançar dentro de um esquema democrático, de um sistema democrático.

Termino felicitando-os, mas felicitando muito especificamente o Ministério de Minas e Energia, sobretudo a Agência Nacional do Petróleo. Acabei de cumprimentar, um por um, os principais funcionários da Agência Nacional do Petróleo. Quero externar, de público, o meu agradecimento e reconhecimento ao Doutor David Zylbersztajn, porque basta ouvi-lo para ver que tem competência técnica, tem profissionalismo, tem os dotes necessários para levar adiante esse processo de transformação nessa área tão sensível da vida nacional.

Podem ter certeza: vamos continuar nesse mesmo caminho, com muita confiança no Brasil. Conseguimos ultrapassar dificuldades imensas neste ano, talvez maiores do que as dificuldades que ultrapassamos em 94, quando foi lançado o plano de estabilização. Foi, talvez, mais difícil manter, de novo, a inflação sob controle neste ano do que foi no passado. Os efeitos ainda não se fazem sentir de forma generalizada, porque custa um pouco ver-se que, efetivamente, criamos condições para uma nova arrancada de crescimento.

Mas tenho certeza de que, pelo que já foi descrito aqui, com o apoio dos brasileiros e das brasileiras, com a participação crescente dos investimentos no Brasil, nacionais e estrangeiros, mas, sobretudo, com essa confiança no nosso povo e na capacidade de aperfeiçoamento cultural deste povo vamos não apenas – como já fizemos em larga medida – ultrapassar as dificuldades, vamos entrar, no próximo ano, num ritmo forte de crescimento econômico, porque o Brasil não é um país que possa se dobrar às dificuldades.

Disse, quando tomei posse de meu segundo mandato, que não fui eleito para gerenciar uma crise, mas para superá-la. Estamos superando a crise. Agora, é fazer o Brasil avançar. No ano que vem, vamos avançar e vamos crescer pelo menos 4%.

Muito obrigado.